

MOBILIDADE RESIDENCIAL: ALGUNS COMENTÁRIOS*

Maria Mônica O'Neill**
Marília Carneiro Natal**

"...A mobilidade tornou-se um dos traços essenciais da existência de um cidadão que começa a tomar consciência do fato de que vive um momento de grande mutação da civilização humana, já que depois de tudo, o homem que levou alguns 2.000 anos para de nômade tornar-se sedentário, em 20 anos, de sedentário ele se torna nômade..."

(Racine, J.)

INTRODUÇÃO

Este comentário focaliza um aspecto relativamente negligenciado dos estudos intra-urbanos, que é o de mobilidade residencial, entendida como sendo o deslocamento de pessoas no espaço urbano em função de mudanças de habitação. A mobilidade residencial vista em termos de natureza social, intensidade e direção pode ser considerada como indicativa das tendências espaciais de expansão e da dinâmica do crescimento das cidades, relacionando-se, assim, ao complexo processo de produção do espaço urbano.

A mobilidade residencial traz a questão do urbano para uma outra escala de análise, escala esta que, ao lado da regional e da nacional, compõem um amplo leque escalar através do qual é possível a compreensão da realidade social em sua dimensão urbana e por meio do qual compreende-se a natureza geral e as especificidades do urbano.

Nosso objetivo inicial era tanto abordar teoricamente a questão da mobilidade residencial e sua importância na organização das cidades, como realizar um estudo empírico destes movimentos para dois municípios da periferia da área metropolitana do Rio de Janeiro. Entretanto, no decorrer da pesquisa, surgiram dificuldades, pois as informações empíricas necessárias dependiam, exclusivamente, de investigação direta, aliás bastante demorada e onerosa, e que não foi possível de ser efetuada naquele momento. Desta forma, foi concretizado o primeiro dos nossos objetivos. Assim, na primeira parte tratamos de alguns problemas existentes nas abordagens teóricas que tratam da mobilidade residencial e, também, das dificuldades para realizar estudos empíricos; numa segunda parte, pro-

* Recebido em 13 de agosto de 1987.

** Analistas Especializadas em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.
R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 50 (2): 125-131, abr./jun. 1988

curou-se, com base na literatura existente, propor um tratamento teórico à questão, pensando na situação das cidades brasileiras.

PROBLEMAS DA TEORIA E DA PESQUISA EMPÍRICA SOBRE A MOBILIDADE RESIDENCIAL

A mobilidade residencial é estudada por pesquisadores de diversas formações e tendências e, o modo como vem sendo comumente enfocada diz respeito à identificação dos fatores aparentes que levam os indivíduos ou grupos sociais a deslocamentos residenciais intra-urbanos, indicando-se, ainda, os padrões residenciais resultantes. Entretanto, verifica-se que, nestas abordagens, os móveis que desencadeiam a mobilidade, aspectos essenciais do problema, e que representam processos em ação, perdem-se ou são tratados superficialmente, tendo como aceitação a premissa, muito comum entre os pesquisadores, de que o processo de mobilidade residencial intra-urbana resultaria de uma decisão na qual a população participaria, apenas, enquanto sujeito da mobilidade. Sem dúvida são trabalhos necessários ao entendimento do tema, mas neles os processos sócio-espaciais, quando tratados, não o são dentro de perspectiva crítica, escapando, assim, a análises mais profundas.

Castells (1976) chega mesmo a argumentar que a maior parte dos estudos desenvolvidos sobre o tema apresenta fortes componentes ideológicos, pois considera a mobilidade residencial, apenas, como um mecanismo de ajuste numa visão funcionalista; a mobilidade residencial ocorreria uma vez rompido o equilíbrio aparente em uma área, criando um desequilíbrio temporário até que uma nova situação de equilíbrio venha a se impor. As teorias de filtragem (Jones, 1978), cujas origens estão no Século XIX, também tratam o tema dentro de uma abordagem funcionalista e juntamente com a noção de equilíbrio, foram incorporadas pelos ecologistas humanos que se destacaram no estudo da organização espacial das cida-

des (Burgess, 1970; Park, 1970 e Mackenzie, 1970). Desta maneira representam uma mera constatação onde as razões são falseadas, pois não se postula o desequilíbrio, a desigualdade e a diferenciação sócio-espacial como a tendência geral da organização das cidades sob o capitalismo.

Já em outros estudos, as mudanças residenciais costumam ser examinadas apenas como fruto de preferências por lugares ou tipos de residências numa escala de preços. Essas pesquisas são resultantes dos estudos de economistas marginalistas que assumem o consumidor como um homem econômico que sempre pode racionalizar suas opções, visando menores custos e maiores lucros.

Uma revisão sobre o estado dos estudos de mobilidade residencial, calcado em pesquisas que focalizam o fenômeno em pauta nas cidades norte-americanas, foi realizada por Simons (1968), onde o autor considerou que os trabalhos procuravam, em síntese, responder a três questões básicas: quem muda? por que muda? e para onde muda? Entretanto, devemos ressaltar que, via de regra, tais indagações não costumam ser tratadas como questões correlativas e, normalmente, se restringem a um único grupo social, perdendo-se desta forma o jogo de forças e pressão entre os diferentes grupos que compõem a sociedade e que determinam diferentes respostas a tais questões. Sendo assim, a mobilidade residencial, como fenômeno sócio-espacial, ainda permanece insuficientemente explicada sendo, no entanto, um processo importantíssimo na reorganização do espaço das cidades.

Racine (1970) lembra-nos que a mobilidade residencial intra-urbana é uma *manifestação espacial geográfica*¹ de evolução da cidade contemporânea, e que este fenômeno determina uma transformação radical das estruturas e morfologia das cidades e, mais ainda, da forma de viver e de habitar.

Estes deslocamentos populacionais, coercitivos ou espontâneos, cada vez mais freqüentes para outras áreas residenciais, reorientam, a partir de demandas diferenciadas, os serviços coletivos básicos, a concorrência entre áreas residenciais e a localização de atividades econômicas como o

¹ Grifo nosso.

comércio e a indústria, modificam e criam novos usos do solo e novos arranjos na cidade. Assim, a mobilidade residencial sofre a influência e é elemento transformador das formas de organização sócio-espacial das cidades, balizada por um uso cada vez mais seletivo e excludente do espaço urbano, que pode ser associado, num nível macro, a valores econômicos determinados por agentes imobiliários e financeiros em interação com o Estado.

Apesar de importante para a compreensão da estrutura interna das cidades, dos aglomerados urbanos em geral, e, principalmente, das áreas metropolitanas, o estudo da mobilidade residencial não tem seduzido muitos pesquisadores sociais no Brasil. Ressalte-se, ainda, que o processo de mobilidade residencial apresenta uma precariedade de informações estatísticas, fato que não ocorre com o fenômeno das migrações a maiores distâncias, para a qual há dados estatísticos disponíveis nos Censos Demográficos. No caso da mobilidade residencial, invariavelmente, torna-se necessária a pesquisa direta, obrigando, assim, os pesquisadores a restringirem seu âmbito de análise, geralmente, a bairros de grandes agregados urbanos. Tal procedimento sempre acaba prejudicando as tentativas de generalização e de explicação, dificultando assim a ligação dos fenômenos constatados a nível local com contexto mais amplo da cidade ou aglomeração urbana, e que os influencia.

Infelizmente os dados disponíveis ao desenvolvimento dos estudos sobre mobilidade residencial não aparecem de forma sistemática e vêm sendo tratados mais como indicadores de tamanho e de distribuição estatística no espaço, do que de processos. São fruto de pesquisas isoladas, muitas vezes resultado da compilação de dados cadastrais ou entrevistas diretas, mas que não conseguem reunir uma amostra significativa dos deslocamentos ocorridos, das condições sócio-econômicas, da habitação e do espaço físico dos indivíduos.

Por outro lado, os dados censitários simplesmente ignoram os fluxos populacionais intra-urbanos, que, uma vez obtidos, poderiam ser armazenados num modelo matricial onde se recuperaria os fluxos de origem e destino de todas as subdivisões da cidade

para todas as suas subdivisões; tais dados poderiam ter como unidade de observação um agregado de setores censitários, bairros ou, ainda, distritos.

No momento em que for possível desenvolver estudos numa escala geográfica que fuja dos particularismos e permita a obtenção tanto das tendências como dos efetivos padrões espaciais de deslocamento residenciais intra-urbanos, em muito se ganhará para a compreensão do processo de urbanização no que se refere à sua dinâmica.

UMA ABORDAGEM TEÓRICA DA MOBILIDADE RESIDENCIAL

Levando em conta tais observações e com base em diversos autores pode-se comentar resumidamente, e ainda num nível teórico, a mobilidade intra-urbana, seus determinantes e as conseqüências dos deslocamentos na consolidação dos grandes núcleos urbanos do País e expansão de suas periferias.

De uma maneira abrangente pode-se dizer que o conjunto de variáveis sócio-econômicas e agentes que levam à mudanças residenciais, denominadas decisões ou determinantes de deslocamento, sustentam-se em três hipóteses. A primeira delas é que os deslocamentos intra-urbanos são resultantes das necessidades habitacionais de um ou mais indivíduos ou grupo social, fruto de suas perspectivas, posição e reprodução dentro da sociedade. A segunda é que estes mesmos deslocamentos são resultantes, também, das relações entre os indivíduos ou grupo social e a residência, num contexto de localização e características físicas e ambientais. E, finalmente, fazem parte de uma estratégia de ação dos agentes modeladores, Estado, incorporadores e construtores imobiliários, especuladores etc., que, de acordo com interesses próprios, atuam na modelação e remodelação do uso do solo transformando o espaço urbano. A separação dessas três hipóteses tem, apenas, caráter didático, sendo o entrelaçamento delas evidente na realidade.

Segundo Simmons (1968), determinados indivíduos ou grupos sociais têm uma pro-

pensão maior aos deslocamentos residenciais. Esta tendência varia em função das relações sociais que eles estabelecem na sociedade, refletindo seus diferentes atributos como renda, faixa etária e os relativos à habitação, englobando fatores como formas de percepção da realidade, expectativas de vida, preferências individuais por áreas residenciais ou tipos de residências, pressões de caráter econômico e, em alguns casos, até de origem étnica. Por exemplo: os indivíduos que têm alterada sua posição, junto à sua classe ou grupo social, apresentam fortes tendências a deslocamentos residenciais, pois uma vez que as classes sociais têm sua realização e dinâmica no espaço acaba existindo uma correspondência entre as diferentes classes e grupos sociais e suas localizações nas áreas urbanas; são claramente delimitadas, nas cidades, as áreas onde vive a população mais rica, assim como percebe-se os bairros onde predomina a classe média, e os locais onde vive o operariado e a população mais pobre.

Cabe ainda observar que, dentre os grupos sociais, aqueles que pertencem às camadas médias apresentam, sempre, uma associação maior entre mudanças na renda familiar e deslocamentos residenciais; isto não significa, porém, que os grupos de alta e baixa renda fujam a este comportamento, mas neles esta associação tende a diminuir de peso. Assim, podemos dizer que apenas grupos sociais de renda semelhante tendem a ter reações semelhantes quanto às decisões de deslocamentos, permitindo, desta forma, prognósticos quanto aos padrões espaciais resultantes. Mas deve ficar claro a necessidade de considerar-se o contexto da estrutura de classes nos estudos de mobilidade.

A mobilidade residencial intra-urbana pode ser, também, resultado de respostas de indivíduos ou grupos a questões pertencentes à percepção do espaço social, o que in-

troduz uma noção de preferência e valorização de certas áreas em detrimento à desvalorização e à insatisfação para com outras.

Num grande aglomerado urbano, o ambiente físico (clima aprazível, beleza da paisagem, etc.) e social muda, freqüentemente, com a sucessão de usos, transformando bairros e, por vezes, redistribuindo populações inteiras. Isto porque a distribuição dos terrenos na cidade capitalista, para este ou aquele fim, vai depender da possibilidade de retorno financeiro que o uso oferecer segundo o momento. Assim, a localização de áreas residenciais, hoje, compete com a localização e destinação de áreas para lojas, escritórios, bancos, etc. Por sua vez, essas áreas têm suas diferenças que podem ser, genericamente, chamadas de intrínsecas às mesmas (características do espaço físico valorizadas pela sociedade) e extrínsecas (características produzidas pelos agentes modeladores por meio de estratégias diversas). Estes elementos vão influenciar na formação dos preços dos terrenos, determinando, também, a segregação e a mobilidade residencial das pessoas e grupos nas cidades.

A localização relativa das áreas residenciais é muito importante, pois os indivíduos ao se deslocarem, o fazem procurando ajustar-se a um novo ambiente físico e social em face das mudanças ocorridas em suas áreas de origem e sobre as quais não detêm controle. Ao fazerem isto dificilmente dirigem-se, espontaneamente, para áreas da cidade que percebam como não correspondendo ao seu padrão social. Normalmente procuram ficar entorno de uma área já conhecida e desta forma, a tendência predominante acaba sendo a de deslocamentos intra-urbanos de curta distância, não ultrapassando, via de regra, aos limites de um bairro ou de determinada zona da cidade, dando origem ao padrão de localização residencial setorial de Homer Hoyt² e aos mode-

² Hoyt (Harris e Ullman, 1974 e Timms, 1976) construiu um quadro de referência geral para o estudo da organização interna nas grandes cidades americanas. Seu modelo setorial resulta de uma adaptação ao modelo dos círculos concêntricos desenvolvidos por Burgess (1970); nele o autor apresenta o predomínio de um padrão setorial no uso do solo, onde o centro da cidade se apresentaria sob a forma de um círculo, e a partir dele, eixos de transportes irradiariam-se para fora, formando diferentes setores na organização interna das cidades. O autor prevê, ainda, a existência de um padrão zonal entre cada setor e na franja exterior à cidade.

Quanto às localizações residenciais dos grupos de renda média e alta, o modelo de Hoyt, configura-as como sendo no padrão setorial, a única exceção aos apartamentos de alto luxo no centro da cidade. As áreas residenciais destes grupos localizariam-se ao longo de alguns daqueles eixos de expansão urbana, marcados por vantagens de acessibilidade e amenidades, o que os torna preferenciais a outros eixos e, portanto, mais valorizados.

los de deslocamento, explicitados por Simmons (1968)³.

Assim, as situações de ajustes ou desajustes às características das áreas residenciais, que interferem nos indivíduos ou grupos sociais, são, portanto, determinantes de deslocamentos intra-urbanos e podem mesmo modificar, totalmente, o padrão residencial de uma área. Neste contexto, os bairros têm um papel importante na organização das cidades, pois, enquanto lugares de residência associados a um conteúdo social e possuindo certo grau de permanência são mantenedores das características fundamentais das classes ou grupos sociais a eles circunscritos, ajustando indivíduos ao comportamento coletivo do grupo ao qual pertencem e, simultaneamente, reproduzindo-os.

De uma maneira geral, podemos dizer que os fatores tais como ajustamentos, familiaridade ao local de residência, ligações institucionais e, fatores de segregação (não só os que se referem aos preconceitos étnicos e religiosos, mas principalmente os ligados à pertinência de classe ou grupo social), levam a limitações espaciais nos deslocamentos dos indivíduos. Por outro lado, aqueles que insistem em manter prerrogativas de clima aprazível e sítios privilegiados e, num outro extremo da escala social, os indivíduos sem opção, no mercado habitacional, podem, muitas vezes, apresentar uma tendência a deslocamentos para fora dos núcleos das grandes aglomerações.

Os trabalhos sugerem que para os grupos de mais alta renda o fator que mais deslocamentos provoca é o ambiental, enquanto, por exemplo, o fato de ter ou não facilidade de transporte e, portanto, acessibilidade, não parece ter grande influência nas decisões de deslocamentos. Ao se mudarem para novas áreas afastadas do centro e sub-centros de comércio estes grupos influenciam o desenrolar de uma série de processos de transformações no uso do solo urba-

no das cidades, tais como a descentralização, invasão e sucessão, segregação de atividades e populações. Com frequência estes processos alteram o conteúdo das áreas especializadas da cidade; de um lado, ao se deslocarem os grupos de alta renda são cercados por grupos de renda imediatamente inferior tornando-se *pivot* da estrutura residencial da cidade e, de outro, atraem para próximo de si serviços e comércio, substituindo em algumas áreas o uso estritamente residencial ou mesmo uso para fins de lazer. Como exemplo mais recente deste fenômeno, encontramos, no Rio de Janeiro, a baixada de Jacarepaguá, onde a ação de diversos agentes modeladores do solo urbano (estado, imobiliárias, proprietários de terras, grupos de alta renda) reorientam os padrões tradicionais de uso de terra, desenvolvendo novas e diferentes configurações de povoamento.

Para estas áreas periféricas, distantes do centro, que contém amenidades e para onde serviços e comércio de luxo já começam a ser alocados, deslocam-se os grupos de mais alta renda. Estas periferias, entretanto, são denominadas sutilmente "áreas de expansão urbana" uma vez que periferia já contém, em nossa sociedade, como conceito, um significado de pobreza, insalubridade e outros inconvenientes, que denotam carência ou ausência de infra-estrutura, serviços e comércio urbanos.

Em oposição, aqueles grupos sociais sem opção de participação no mercado habitacional, utilizam-se de mecanismos "espontâneos" para obterem suas moradias. As teorias sugerem que a mobilidade destes grupos se faz, cada vez mais em direção às periferias preteridas pelos grupos de alta renda e de outros agentes que atuam nessas áreas, mantendo um certo "caráter de informalidade", que segundo Santos (1980) lhes garante a sobrevivência. O "caráter informal" é dado através dos lo-

³ Simmons (1969) diz que, apesar da complexidade dos processos de decisão algumas generalizações, podem ser feitas sobre os padrões da mobilidade residencial numa cidade hipotética, a partir de um determinado ponto de origem. A regularidade mais forte é a tendência ao deslocamento para próximo do ponto de origem, produzindo um campo de deslocamento que declina, igualmente, em todas as direções e tem a aparência de círculos concêntricos. Sobreposto a isto está o efeito das variações setoriais, na renda e em características étnicas, par a par com os limites do centro da cidade, que juntos distorcem o campo de migração ao longo de um eixo setorial.

Finalmente, o crescimento da cidade e das novas alternativas habitacionais, mais o aumento dos custos residenciais, no interior das cidades, reorientam, para fora de seus limites, a mobilidade residencial que salta do centro em direção às novas áreas de expansão.

teamentos clandestinos, da auto-construção, da invasão de terras desocupadas, das conseqüentes isenções de impostos e taxas, assim como pela ausência de serviços públicos e infra-estrutura de serviços básicos, conferindo a este espaço um aspecto, a princípio, desordenado, caótico, num padrão salteado de utilização, conforme indica Racine (1970). Na medida em que estas áreas são formalmente incorporadas à cidade central, adensa-se a utilização do solo e ocorre o processo de "filtragem" para cima de sua população (Jones, 1978), verificando-se a reprodução de suas características em áreas mais afastadas.

No que se refere a estas periferias, pouco valorizadas, podemos dizer que para elas vão os que estão sendo expulsos dos núcleos centrais ou áreas privilegiadas, por ação direta ou indireta do estado ou do capital. Para elas, também, vão os migrantes pobres, os recém-chegados que não mais encontram nas áreas centrais da cidade, sob o controle dos grupos dominantes, as antigas condições favoráveis de moradia (cortiços, vagas, apartamentos conjugados) ou espaço livre para a construção de casas de caráter precário de diversos tipos.

Em relação à localização residencial e mudanças posteriores dos grupos migrantes de baixa renda, a perspectiva clássica na literatura, no caso das cidades latino-americanas, era a de que o centro da cidade era a primeira localização preferida, pois fornecia as vantagens de moradia barata, sob a forma de inquilinato, e fácil acessibilidade a um mercado de trabalho concentrado. Após um determinado período de tempo, então o migrante mudaria para uma habitação na periferia da cidade.

Entretanto, Vernez (1974) mostra que, já há algum tempo, o centro da cidade perdeu a função de único e principal receptor de imigrantes, uma vez que a localização residencial de famílias de baixa renda é limitada pela estrutura habitacional e pelos mercados de terra. Assim, as áreas deterioradas da zona central não mais oferecem possibilidade de moradia, devido, principalmente, aos processos de renovação urbana, com mudanças no uso da terra, transformando-as de residencial para comercial e de serviços. Desta forma, hoje, as periferias e outros setores das cidades, sem atrativos ao

mercado habitacional, têm sido os locais preferidos para localização dos migrantes e pela maioria da população natural, caracterizada por uma baixa renda. Um estudo feito por Bezerra e Cruz (1982) aborda esta questão para o caso do Rio de Janeiro, concluindo que as favelas próximas ao núcleo metropolitano apresentam uma percentagem relativamente baixa de migrantes recentes. Nas grandes regiões metropolitanas dos países pobres é cada vez mais vedado e controlado o acesso à moradia nos núcleos.

Resumindo, o que existe é o controle real do uso do solo nos núcleos urbanos metropolitanos, que aumenta a segregação espacial e a mobilidade residencial, produzindo uma determinada organização espacial; as áreas urbanas mais centrais, mais acessíveis e melhor servidas passam a ser as mais disputadas e trabalhadas pelas atividades consideradas mais lucrativas.

A identificação das formas de atuação dos agentes modeladores do uso do solo tem importância para a compreensão da organização do espaço das cidades, no núcleo e nas periferias. Isto porque é a cidade capitalista um ambiente perfeito para novos investimentos habitacionais, e todas as novas oportunidades residenciais, criadas pelos diferentes agentes modeladores, têm uma finalidade bastante específica, a de criar necessidades habitacionais no agente comprador de forma que ela chegue a se concretizar em uma demanda efetiva. O processo de criação de novas oportunidades habitacionais, por parte dos agentes que atuam direta ou indiretamente na produção da habitação, provoca a especulação imobiliária, a segregação espacial das residências e de outros usos do solo, a criação do solo artificial (com os edifícios), a periferação e a favelização.

O avanço da apropriação capitalista do solo urbano levou a uma valorização em termos de mercado de toda e qualquer forma de uso do solo. Ao lado da organização empresarial, a organização do espaço urbano, da infra-estrutura e dos serviços da cidade determinam a especialização das áreas separando, cada vez mais, as atividades de produção das de consumo, tornando necessário deslocamentos diários dos indivíduos. Neste momento o espaço urbano atinge importância crucial na medida em que a maioria das atividades de produção e

reprodução se encontram fixas neles. A residência, o local de trabalho, a escola, as atividades de lazer tendem a se dissociar, fisicamente no espaço, de modo que suas localizações apresentam características diferenciadas de acessibilidade, centralidade, valorização, especulação, acumulação e reprodução.

A mobilidade residencial é — no processo de produção⁴ de áreas residenciais — um dos elementos que viabiliza a circulação necessária ao consumo habitacional. Esta circulação pressupõe, como já havia sido dito anteriormente, o deslocamento de grupos de diversas camadas sociais que se distribuem no espaço, gerando arranjos espaciais específicos.

É no âmbito deste amplo processo que os indivíduos, isoladamente, ou em grupos, são agentes das transformações do espaço urbano, estabelecendo uma relação dialética entre as decisões e os determinantes de seus deslocamentos.

Faz parte do papel dos agentes modeladores acelerar a mobilidade, num contexto de urbanização, onde industrialização e modernização dos transportes atuam decisivamente e com intensidade transformando padrões residenciais e reorientando novos deslocamentos.

Neste contexto, a mobilidade residencial intra-urbana se constituirá num mecanismo de rearranjos sociais que tem, então, sua expressão espacial através de transformações de áreas residenciais em seu conteúdo, função e forma, sobretudo, em seu conteúdo.

Isto significa que este mecanismo é, ao mesmo tempo, social e espacial, dado que uma cidade capitalista é caracterizada por uma tendência à segregação sócio-espacial, isto é, certos espaços são mais característicos de determinados grupos sociais, sendo, através da mobilidade residencial, reforçada, ainda mais, este padrão segregado.

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, Vera Maria C.; CRUZ, Jana. Imigração e favelas; o caso do Rio de Janeiro em 1970. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 44 (2): 189-388, abr./jun., 1982.
- BURGESS, E.N. O crescimento da cidade; introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, D. org., *Estudos de Ecologia Humana*, tomo I, São Paulo, p. 353-68, 1970.
- CASTELLS, M. *La Cuestión Urbana*, 2a. ed., México, Siglo Vienteuno, 517 p., 1976.
- HARRIS, C.; ULLMAN, E.L. The nature of cities. In: SCHWIRIAN, K.P. org., *Comparative Urban Structure*. Studies in the Ecology of Cities, D.C. Heath and Company, p. 217-26, 1974.
- JONES, C. Household movements, filtering and trading up with in the owner occupied sector. In: *Regional Studies*, Oxford, 12 : 551-61, 1978.
- LEFEBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona, Ed. Península, 140 p. 1976.
- MACKENZIE, R.O. A comunidade humana abordada ecologicamente. In: PIERSON, D. org., *Estudos de Ecologia Humana*, tomo I, São Paulo, p. 95-111, 1970.
- _____. Matéria; objeto da ecologia humana. In: PIERSON, D. org., *Estudos de Ecologia Humana*, tomo I, São Paulo, p. 38-52, 1970.
- PARK, R.E. Ecologia humana. In: PIERSON, D. org., *Estudos de Ecologia Humana*, tomo I, São Paulo, p. 21-37, 1970.
- _____. A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. In: PIERSON, D. org., *Estudos de Ecologia Humana*, tomo I, São Paulo, p. 127-42, 1970.
- RACINE, J.B., L' Evolucion recénte du phénomène périurban Nord-Américain. In: *Revue de Géographie de Montreal*, 24 (1-2): 43-54, 143-63, 1970.
- SANTOS, C.N.F. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: *Habitação em Questão*, Rio de Janeiro, Zahar Edit., p. 17-41, 1980.
- SIMMONS, J.W. Changing residence in the city; a review of intra-urban mobility. *The Geographical Review*, 58 (4): 662-51, 1968.
- TIMMS, D. El mosaico urbano; *hacia una teoría de la diferenciación residencial*. Colección Nuevo Urbanismo, I. de Estudios de Administración Local, Madrid, 458p., 1976.
- VERNEZ, G. Residential movements of low — income families; the case of Bogotá. *Land Economies*, Colômbia, 50p. 1976.

⁴ O conceito de produção é o utilizado por Lefebvre (1976), onde a organização do espaço urbano não é produzida, apenas, para assegurar a reprodução dos meios de produção e permitir o consumo dos produtos, mas, também, para garantir a reprodução das relações sociais de produção.